

## ARTIGO - DOSSIÊ

### **MODERNIDADE E EXCLUSÃO NA *BELLE ÉPOQUE* SERTANEJA: ELITES DIRIGENTES E A CONSTRUÇÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

### **MODERNITY AND EXCLUSION IN THE BACKWOODS'S *BELLE ÉPOQUE*: THE RULING ELITES AND THE URBAN CONSTRUCTION OF SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) IN THE FIRST REPUBLIC**

HENRY MARCELO MARTINS SILVA \*

#### **RESUMO**

O presente trabalho visa analisar a atuação das elites dirigentes no processo de construção urbana de São José do Rio Preto (SP), nas primeiras décadas do século XX, período em que a pequena vila “boca do sertão” transforma-se em uma das maiores e mais importantes cidades do Estado de São Paulo, fruto da incorporação de seu território ao complexo cafeeiro. Por meio de fontes tais como as Atas da Câmara Municipal, jornais e Almanques locais consegue-se apreender os contornos do processo de urbanização local, fortemente marcado pela ação de uma elite que, tomando por modelos os exemplos de cidades como Paris, Londres, São Paulo e Rio de Janeiro, gestava as transformações de acordo com seus interesses e em detrimento da grande maioria daqueles que participavam do processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** urbanização; modernidade; elites; exclusão.

#### **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the performance of the ruling elites in the urban construction of São José do Rio Preto (SP), in the first decades of the 20th century, when the small village "boca do sertão" became one of the largest and more important cities of the São Paulo State, as a result of the incorporation of their territory to the coffee complex. Through sources such as the proceedings of

the City Council, local newspapers and Almanacs, we can understand the contours of the process of local urbanization, heavily influenced by the actions of the elite that, taking as models the examples of cities such as Paris, London, São Paulo and Rio de Janeiro, managed the transformations according to their interests and in detriment of the great majority of those who participated in the process.

**KEYWORDS:** urbanization; modernity; elites; exclusion.

### **A construção da cidade moderna no sertão**

O final do século XIX foi marcado por um intenso crescimento e desenvolvimento do sistema capitalista; a evolução dos meios de comunicação e transporte propiciou um crescimento nos níveis de comércio, intensificados pela integração de áreas antes isoladas. Naquele contexto, a cultura do café, que já dava bons lucros e se estendia rumo ao interior de São Paulo, intensificou-se<sup>1</sup>.

A ampliação constante do mercado despertou os financistas estrangeiros para o investimento na cultura cafeeira; conjugando os interesses do mercado e de consumo, os cafeicultores paulistas promoviam a devastação das matas e a implantação de extensos cafezais, movimento que seguiu um roteiro que ocupou progressivamente o interior do Estado de São Paulo. Esse caminho, como escreve Milliet, seguia em obediência a duas determinantes principais: *evitar a linha do trópico, abaixo do qual o clima não o favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem e milionária. O Oeste é o ponto cardinal do agricultor, o horizonte para qual ele se dirige e que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná*<sup>2</sup>.

O movimento de ocupação das terras do sertão teve como fatores primordiais o plantio do café, o grande fluxo de capitais, o desenvolvimento do transporte ferroviário e a chegada em massa da mão-de-obra imigrante; tal processo teve como consequência o surgimento e

desenvolvimento de vários núcleos urbanos que assim como São José do Rio Preto foram marcados pela presença maciça de estrangeiros, que além de dedicarem-se aos trabalhos rurais ligados ao cultivo do café, estiveram presentes de forma marcante nas mais diversas atividades urbanas.

A partir do incremento do transporte ferroviário pela Estrada de Ferro Araraquara (EFA), e da conseqüente invasão das atividades ligadas ao setor cafeeiro, a população rio-pretense passa a experimentar uma série de novidades que agora lhes eram permitidas, ao respirarem ares urbanos, ou a síntese, entre o urbano ideal imaginado pelas elites que o promoviam, e o urbano possível, devido aos poucos rendimentos da *Câmara*, e à característica quase sempre privada dos empreendimentos e serviços de melhoramentos, que tornavam algumas dessas novidades inacessíveis a uma grande parcela da população.

As inovações técnicas do período introduziram mudanças no uso do espaço urbano e os planos urbanísticos promoveram a produção do solo para o circuito de mercado e a instalação de melhoramentos. Intensificaram-se os processos de higienização da cidade, e iniciaram-se a maioria das grandes obras como serviços de saneamento, iluminação e embelezamento que produziram grandes alterações na paisagem urbana, com a inserção de novos elementos considerados modernos em comparação com o que já se tinha.

Tais inovações marcaram a passagem do século XIX para o XX, revolucionando não apenas a construção civil, mas os meios de transporte, comunicação, difusão do som e da imagem; tiveram especial repercussão na organização das cidades e nas práticas urbanas, logo tornando-se símbolos de modernidade. Como escreve Anthony Giddens, “*implantadas*

*inicialmente nos grandes centros europeus e norte-americanos, tais inovações tornaram-se mundiais em sua influência”.*<sup>3</sup>

No período da Primeira República, as “elites do café” assumem o poder de Estado empenhando-se em implantar soluções salvadoras e sanar as demandas sociais dentro de um determinado imaginário republicano. Em Rio Preto, grande centro de expansão da economia do oeste paulista, tal processo foi particularmente refletido no âmbito local, e a elite colocava a modernização urbana como pauta de programa das administrações políticas locais no período.

Esse conjunto de mudanças relacionava-se com o dinamismo da cultura cafeeira e com uma espécie de culto ao novo, ao imaginário moderno que passou a vigorar. Nicolau Sevcenko escreve que a palavra ‘moderno’, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário:

a palavra ‘moderno’ se torna algo como uma palavra fetiche que, quando empregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para cima do cotidiano dos homens e mulheres comuns (...) Ela introduz um novo sentido à História, alterando o vetor dinâmico do tempo que revela sua índole não a partir de algum ponto remoto no passado mas de algum lugar no futuro”<sup>4</sup>.

O rápido crescimento populacional apresentado por Rio Preto ao longo das décadas de 1910 e 1920<sup>5</sup> promove uma conseqüente dilatação da malha urbana; a pressão exercida por essa expansão imobiliária criou uma demanda por serviços urbanos, exigindo da municipalidade a

agilização dos diversos melhoramentos. Embora muitas dessas medidas se mostrassem inviáveis em sua aplicabilidade a curto prazo, a necessidade de um saneamento urbano em vista do adensamento populacional constituiu-se na principal preocupação do poder público a partir do início do século XX.

Nesse sentido, já a partir da emancipação política ocorrida em 1894, criou-se a necessidade de um *Código de Posturas*, e até a conclusão de sua elaboração, em 1902, utilizou-se o similar da cidade vizinha de Jaboticabal. O *Código* regularizava por exemplo a metragem de avenidas, ruas e praças, a nomenclatura das ruas e a numeração das casas, a obrigatoriedade de sarjetas para o melhor escoamento da água, etc.

Quanto às habitações, regulamentava as caídas de água e a construção de latrinas, que deveriam localizar-se afastadas das residências, e fossas, com metragem determinada e na condição de nunca se localizarem próximas às cisternas. Era proibido pelo Código atirar nas ruas defecções, animais mortos e materiais em decomposição. Em relação à postura nos lugares públicos, não era permitido atar animais nas árvores, portas, janelas, ou sobre os passeios, além de galopar no perímetro urbano; dar tiros com armas de fogo, de dia e de noite, sendo também proibido explodir bombas e morteiros, excetuando-se os dias de São João, Santo Antônio e São Pedro.

Naquele período, não havia calçamento, as ruas eram sujas, as casas não respeitavam normas de edificação, constituindo foco de uma série de doenças previstas pelos administradores da urbe; além disso, a presença de animais no perímetro urbano, e as constantes brigas e assassinatos causadas pela presença de desordeiros e pela falta de

policciamento, eram uma realidade que já afamara a cidade em todo o Estado, imagem essa que em nada agradava a elite local, que trataria de tentar transformar a realidade conforme seus conceitos de civilidade. Nas palavras de Nicolau Sevcenko, “os coronéis se auto-imaginavam agentes civilizadores, e isso influi de forma significativa no desenvolvimento das cidades. Sua atuação era considerada necessária para acelerar a florada dos cafeeiros e o afluxo das riquezas e das cidades com seus jardins, bulevares e cafés.”<sup>6</sup>

As determinações contidas nas posturas quanto ao alinhamento das construções, prevendo recuos frontais e laterais nas novas residências, prendiam-se a uma tentativa de configurar e delimitar o espaço privado das famílias nas casas, como unidades individualizadas e, portanto, separadas do trânsito das ruas. Outro aspecto contido no Código é o que se refere à questão da ‘salubridade pública’, o que evidencia uma das preocupações mais constantes do período: saneamento e a higienização, e que, sem dúvida, relacionava-se principalmente aos preocupantes focos de doenças que assolavam a região, como podemos confirmar no comunicado emitido pela *Câmara* aos professores em 1903, limitando a frequência nas escolas apenas aos alunos vacinados<sup>7</sup>:

Recomendo-vos de acordo com a circular do Snr. Dr. Secretario do Estado dos Negócios do Interior, de 24 de 9bro ultimo que não deixeis de exigir dos Paes, tutores das creanças attestados de vacinação no ato de matricular-os, attestados que me deverão ser remetidos.<sup>8</sup>

Era preciso rigor para "eliminar os maus hábitos", valendo-se das punições previstas em lei. Muitas das faltas eram punidas com pagamento em dinheiro e até prisão. Segundo Chalhoub, insistir na importância de conceitos como ‘civilização’, ‘ordem’, ‘progresso’, e outros afins – os

correlatos como ‘limpeza’ e ‘beleza’, e os invertidos tais como ‘tempos coloniais’, ‘desordem’, ‘imundície’, etc:

[...] não nos leva muito além da transparência dos discursos, da observação da forma como eles se estruturam e daquilo que eles procuram afirmar na sua própria literalidade, e através da repetição ‘ad nauseam’. O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos<sup>9</sup>.

Tomemos como exemplo, no Código de Rio Preto, o capítulo intitulado *Jogos e Contravenções*, onde a Câmara estabelece quais jogos seriam permitidos, além dos horários e locais determinados para sua prática. No artigo 103, está estabelecido que:

É expressamente proibido:

§ 1 – O jogo de parada qualquer que seja – Pena de 50:000 de multa ao infractor, apprehensão de todos instrumentos o jogo e 8 dias de prisão para o proprietário do prédio. As disposições deste § comprehendem-se todos os jogos de qualquer denominação que não sejam os de calculo e de exercicio phisicos, taes como: solo, dominó, bilhar, bolas, bagatella, damas, xadrez, voltaret, gamão, etc. os quaes unicamente serão permittidos.<sup>10</sup>

Os jogos permitidos são aqueles que possibilitam o desenvolvimento do indivíduo, tanto física que é o caso dos jogos físicos, quanto intelectualmente com os jogos de cálculo. Nesse sentido, de acordo com o ideário das elites locais, tais esportes promoveriam, ao contrário dos outros, a elevação moral e física dos habitantes, aproximando-os da imagem europeia, como fica claro na nota publicada pelo chefe político local, coronel Adolpho Guimarães Corrêa no jornal *O Porvir* de 24 de maio de 1908, sobre a fundação em Rio Preto de um time de futebol:

Num belo ponto da cidade, onde é irrepreensível a planura do terreno, acaba de preparar o seu campo de exercícios a valente e bem constituída sociedade de futebol desta localidade, o **Rio Preto E. C.** (...) seja-lhes a carreira fartamente de ensino, de nutrição de forças de que tanto carece nossa mocidade, grêmio de entibiados, piegas que dão mais por uma flôr ao peito, do que por uma musculatura sadia, forte, traço característico da raça que mais tem conquistado o mundo, a esforçada e heróica anglo-saxonica.<sup>11</sup>

Quanto à saúde pública, desde o início do século XX a elite local demonstra preocupação com a instalação de uma casa de saúde no município, e é o próprio cel. Adolpho, em campanha iniciada em seu jornal “O Porvir”, que lidera a campanha para a viabilização de uma *Santa Casa de Caridade* cuja fundação se deu em janeiro de 1909, reunindo como beneméritos algumas das maiores personalidades locais à época; a *Sociedade da Santa Casa de Caridade de Rio Preto*, com o apoio da loja maçônica *Cosmos*, prestou seus serviços por alguns anos, sobretudo por ocasião da “Gripe Espanhola” em 1918, encerrando suas atividades após o controle da epidemia<sup>12</sup>.

Nova instituição nasce em maio de 1921, devido à grande epidemia de varíola de anos antes, então sob o nome de *Santa Casa de Misericórdia de Rio Preto*, organizada por novos beneméritos dentre os quais destacam-se os políticos e comerciantes do período; os alicerces do prédio estavam construídos desde 1922, porém, sem recursos para continuar a obra, ainda em 1924, tudo estava parado. Em fins daquele ano, pelo recém-fundado diário “A Notícia”, Nelson da Veiga e Professor Dário de Jesus



promovem a discussão pública do assunto, e unidos ao médico Dr. Justino de Carvalho, iniciaram campanha na qual participaram também Feliciano Salles Cunha e Cenobelino de Barros Serra, no intuito de dar prosseguimento às obras. A partir daquela data, a Santa Casa funcionou provisoriamente no prédio da loja *Cosmos*, que fora utilizado anteriormente como hospital, até a conclusão da primeira parte da obra, inaugurada em 1928.

A luta pela “higienização” era um empreendimento dos políticos, que contava, porém, com a arquitetura de médicos e sanitaristas, especialistas que formulariam as políticas públicas do controle dos males para sanar os problemas, principalmente das populações menos favorecidas que cotidianamente chegavam para viver “os ares do progresso”. Exemplo disso é a constituição, na década de 1920, da *Sociedade de Medicina*, que por meio da postura combativa de seus associados, mas também e principalmente, através das denúncias e campanhas de conscientização levadas a cabo pelos jornais da cidade, os maiores aliados da classe médica, empreendia uma luta contra aquilo a que chamava de charlatanismo. Exemplo disso é a nota publicada em *A Notícia* de 6 de Março de 1926:

O numero espantoso de ‘curadores’ que existem em nossa comarca e a influencia que em alguns lugares exerciam até sobre os médicos estava a reclamar uma providencia enérgica, e essa vira certamente agora, por intermédio da Sociedade Medica de Rio Preto.<sup>13</sup>

A luta contra o *curandeirismo* era prática ainda em plena década de 1920, e algo que muito prejudicava a execução das políticas sanitárias, uma vez que, de acordo com o imaginário das elites, manteriam o povo *apegado*

à *ignorância*, um entrave aos projetos “modernizantes” da elite. Tal fato evidencia também o caráter limitado dessa modernidade, que planejada de cima para baixo, que não era encarada por todos da mesma maneira, principalmente pela maioria de pobres e analfabetos, que constituíam a maioria da população à época. Exemplo disso é o curioso comentário do então presidente da Câmara, cel. Adolpho Corrêa, que então vinha sofrendo com as críticas contra a subvenção dada a médicos que montavam consultórios na cidade; em “O Porvir” em 1903, publica a seguinte nota:

Como censurar-lhe o ato que de um modo tão direto visa a sanar uma falta de tão longo tempo sentida entre nós – a falta de um médico? (...) ou porventura haverá médico que se disponha a abrir clínica num lugar tão afastado como o em que nos encontramos, sem ser subvencionado durante os primeiros tempos, até que o povo se habitue a usar... médico? Certamente que não.<sup>14</sup>

Com 112 casas comerciais de ramos variados e 840 automóveis<sup>15</sup> apenas de propriedade da prefeitura de acordo com as estatísticas do *Album de 1927*, Rio Preto apresentava um crescimento populacional vertiginoso, e uma elite desejosa dos gostos modernos, que principalmente pelas mãos dos cronistas do período expressam as aspirações pelos melhoramentos urbanos:

Será um crime imperdoável, si os dirigentes do Rio Preto, não cuidarem da criação de um gymnasio, da instalação de uma Santa Casa, da elevação da agencia postal, da construção de um hotel modelo e de um teatro, da fundação de uma escola profissional, do estabelecimento de um embarcadouro de gado, e sobre tudo si não attenderem para o aspecto tristissimo

das nossas ruas e si não melhorarem a situação infeliz da camara em relação ás emprezas que exploram os diversos serviços publicos do municipio.

Esta nas mãos dos dirigentes de Rio Preto, torna-la, dentro de pouco tempo, a rainha do sertão, a cidade procurada por todos, o ggrande centro commercial e industrial, ou a cidade da decadencia, a terra da pobreza, o pedaço maravilhoso , transformado em ruinas, buracos e miserias.<sup>16</sup>

Tais condições criaram necessidades que impulsionaram os dirigentes a implementar melhorias urbanas, como os calçamentos nas ruas e praças, além do necessário abastecimento de água e da mágica eletricidade, dois dos maiores empreendimentos do período. A crítica à morosidade na implantação dos serviços diante do crescimento vertiginoso da cidade, servia de pauta à imprensa local, destacando a necessidade imprescindível de tais melhorias, dando vazão às queixas gerais expressas nos artigos dos periódicos que narram o desejo de modernidade contrastada com suas possibilidades. Por outro lado, os jornais anunciavam diariamente a ação da municipalidade; espaços de poder, eles serviam como instrumentos da “ordem” e do “progresso”, apresentando para todos os alcances ilimitados da modernidade, com suas propagandas de automóveis, produtos de beleza, roupas e modas, diversões, tragédias, política e, é claro, as atividades e as obras da prefeitura e da *Câmara*. Um bom exemplo disso eram os constantes informes sobre o estado das ruas e calçamentos:

‘Melhoramentos das ruas’: informam-nos da prefeitura municipal que estão dadas as providencias necessárias para iniciar brevemente o serviço de sargeteamento e collocação de guias na rua Pedro Amaral, entre as ruas Bernardino de Campos e

General Glycerio Trata-se de um dos trechos que maior movimentos de vehiculos registra em nossa cidade.<sup>17</sup>

Símbolo desse progresso, assim como na estruturação urbana, o consumo das produções artísticas alcançava os habitantes da crescente cidade, nos cinemas, teatros e *bars*, que a elite escolhia para seu convívio. Exemplo disso é a criação em 1913 da *Associação Teatral Riopretense Ltda*, também sob iniciativa do maior chefe político de então, Adolpho Corrêa; a obra, iniciada naquele ano, com direito a ações compradas pela Prefeitura, permaneceu nos alicerces durante muito tempo sem nunca ser concluída, sendo que ainda em 1928 encontram-se referências nos jornais às chamadas de reunião para acionistas<sup>18</sup>.

Outro importante exemplo das atividades para as pretensas *elites civilizadas* da época em Rio Preto, especialmente pela dimensão do empreendimento, foi a criação do Autódromo de Rio Preto, batizado de *Carlos de Campos*, que fora construído com recursos próprios do cavaleiro Romoaldo Negrelli, de descendência italiana, que foi durante algum tempo agente consular daquele país na cidade. Entusiasta do automobilismo, prática que atraía muitos rio-pretenses, Negrelli estabelece seu autódromo em terreno cedido pelo cel. Vitor Bastos, trazendo para Rio Preto várias personalidades do período para disputar os famosos *raids*, como o Conde Matarazzo, o industrial Carlos Jafet e o Barão de Tefé.



Imagem 1 - Autódromo Carlos de Campos.<sup>19</sup>

Cabe destacar que a modernização visou atender aos interesses da elite local, e pode-se estabelecer uma analogia entre o processo de modernização em Rio Preto e o processo conhecido como “regeneração”, vivenciado pelo Rio de Janeiro e por São Paulo no início do século XX, e que tiveram como modelo a ser seguido os centros urbanos europeus, especialmente Paris e Londres.

As transformações ocorridas no exterior influenciavam esse processo de mudanças que se efetuava em âmbito local. A modernidade atrelada ao capitalismo, centrada na Europa, principalmente com a

remodelação das cidades, criavam símbolos do progresso que passaram a influenciar outras áreas do mundo, como o Brasil. As reformas urbanísticas, como a de Paris, realizadas por Haussmann, converteram-se em exemplos a serem perseguidos na luta pela inserção no mundo moderno, e as cidades brasileiras esforçavam-se para aprender a lição.

A transformação urbana e o conseqüente afastamento ou “ocultamento” da exclusão social integrava um amplo projeto de modernização encabeçado pela elite: regenerar significava, também, afastar para longe do olhar público as contradições engendradas pela modernidade. Nesse sentido, é elucidativo o estudo de Cláudia Vargas sobre o processo de modernização em Araraquara; estigmatizada por anos pela alcunha de “Linchaquara”, devido ao linchamento promovido pela população em 1897, os políticos elaboram as intervenções urbanas com claro intuito de regeneração, de apagar a imagem antiga sob o símbolo de urbe moderna, de modo a facilitar o afluxo de imigrantes, assunto muito caro às elites no período, além de atrair capitais e valorizar investimentos<sup>20</sup>.

Em Rio Preto, a *regeneração* também foi necessária, e pode ser observada ao se analisar o trabalho de Airton José Cavenaghi<sup>21</sup>, em trabalho que compara a exposição de uma mesma fotografia em dois *Almanaques Ilustrados* de Rio Preto, datados respectivamente de 1919 e 1929<sup>22</sup>. No exemplar mais antigo, a imagem, que demonstrava uma pequena vila com poucas casas e quase inabitada, é colocada no início da obra, em local nobre, como importante retrato (primeira fotografia) do início do povoamento. No segundo livro, a fotografia da incipiente vila servia para demonstrar, pejorativamente, ao lado de pinturas de indígenas em guerra contra os brancos pela posse do local, o passado de sertão de

barbáries em contraposição a fotografias que demonstravam as novas ruas calçadas, os novos prédios, os automóveis, o movimentado comércio e é claro, a nova vida burguesa.

O *Álbum* de 1927 procura deixar clara as diferenças entre os períodos, sendo parâmetro não apenas da tentativa de demonstrar as características modernas e civilizadas da cidade e de seus habitantes; ele nos diz mais ainda sobre como para os rio-pretenses de então não havia limites para o processo modernizante em curso, e do qual faziam parte.

Sobre a pretensa nova imagem de Rio Preto no *Álbum*, é esclarecedora a sequência de figuras, na qual são representadas três momentos da vida local: uma da vila inicial, na qual se observa os colonizadores em lutas com indígenas ferozes, ao lado de casebres simples em meio às matas; uma segunda imagem, que demonstra a Rio Preto da época, numa cena de organização e prosperidade, já com o transporte ferroviário, é seguida de outra que mostra uma cidade do futuro, metamorfoseada em verdadeira metrópole do interior paulista.

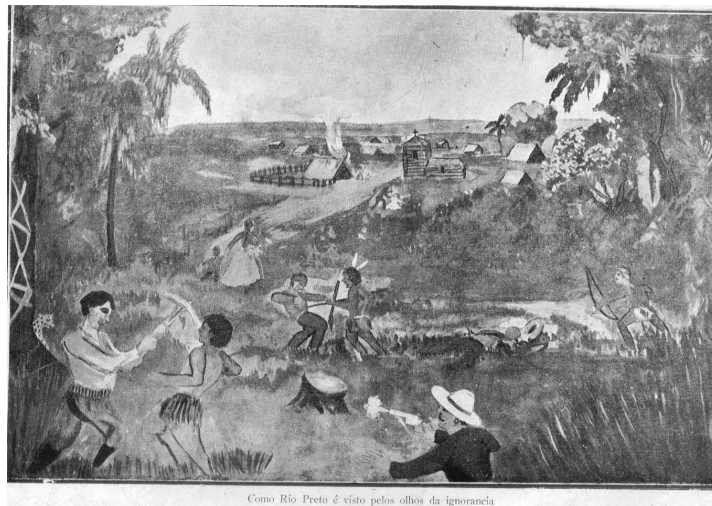


Imagem 2 – Rio Preto do Passado.<sup>23</sup>

Tais *Almanaques* eram organizados para demonstrar uma visão elitizada da cidade, valorizando suas qualidades e organizados de acordo com sua concepção de civilização. Num prazo de dez anos observa-se claramente a completa transformação da visão oficial: o passado, antes exaltado no Álbum de 1919, passa a carregar uma série de conotações negativas, sendo apresentado no exemplar de 1929 como um tempo a ser esquecido, que legara a Rio Preto uma imagem negativa, compartilhada ainda por aqueles que, sem conhecimento de sua situação de cidade moderna, viam-na *pelos olhos da ignorância*; mudança no discurso de uma elite que também havia se transformado.

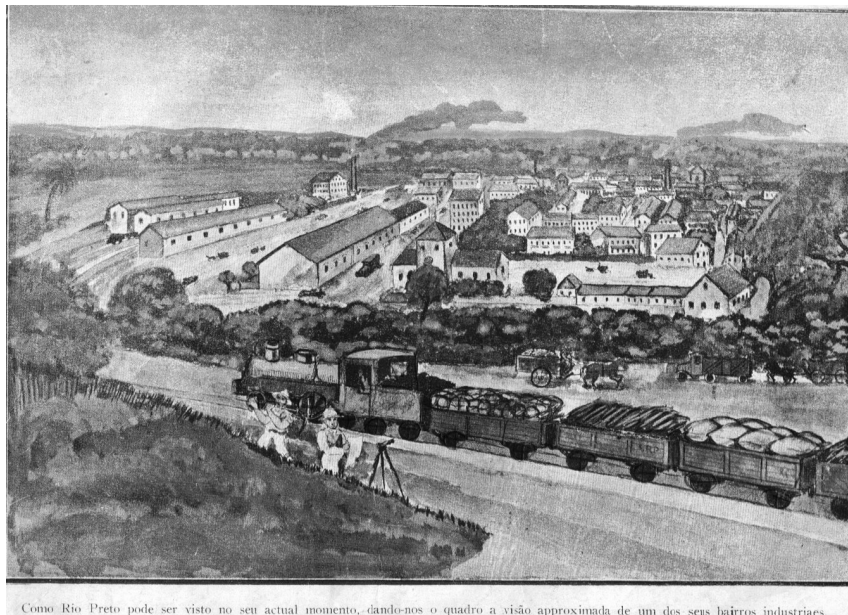


Imagem 3 – Rio Preto do Presente.<sup>24</sup>





Como Rio Preto poderá ser visto dentro de meio século, tomando por base o seu actual progresso e as grandes possibilidades da sua expansão economica

Imagem 4 – Rio Preto do Futuro.<sup>25</sup>

A modernização local fazia parte de um processo mais amplo que atingia todo o Estado, e estava diretamente ligada à inserção de São Paulo no contexto econômico internacional, tendo por base a expansão da economia cafeeira; daquele processo, faziam parte uma série de conceitos sobre reformas urbanas como higiene e sanitarismo, abastecimento, trânsito, etc., que foram exaustivamente manipulados pelos políticos locais para obter dividendos políticos e econômicos, com uma percepção muito própria do que consistia a “coisa pública”.

Deve-se ressaltar, porém, que os envolvidos nesse frenético processo de transformações não percebiam essas mudanças de forma generalizada, estando para a grande maioria bem distantes dos planos dos

formuladores e empreendedores da modernidade local. Elaborada pela elite e para a elite, a grande maioria da população de Rio Preto à época não usufruiu das benesses dos melhoramentos e novidades, atuando de maneira bastante peculiar nos movimentos do período, revelando as contradições e ambiguidades inerentes àquele processo.

### **Traços da exclusão: ambiguidades da modernização local**

Recebendo um fluxo gigantesco de indivíduos que buscavam fazer a vida sob o verdadeiro turbilhão de transformações promovidos pela economia cafeeira, em compasso com as imposições das diretrizes impostas pela elite, Rio Preto apresenta nas primeiras décadas do século XX uma série de conflitos urbanos decorrentes das desigualdades inerentes àquele processo.

A grande maioria dos que chegavam era constituída de trabalhadores pobres, fazendo com que a questão social surgisse como assunto a ser resolvido pelos administradores, em consonância com os projetos “modernizantes” elaborados por eles, nos quais não cabia a presença de mendigos, sem teto, ladrões, prostitutas, e todo o tipo de excluídos que faziam parte da cidade.

No entanto, a Rio Preto da época demonstrava similaridade aos processos vividos por suas congêneres paulistas, observando o aparecimento de bairros onde localizavam-se majoritariamente pessoas pobres<sup>26</sup>, bem como apresentando o trabalho desenvolvido pela assistência social, que a partir da transformação das esposas cristãs, ligadas à igreja, constitui-se em *Associação das damas de caridade*, e adotando o estatuto da Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo,

de São Paulo, tinha em 1923 D. Izolina Bastos Cruz, esposa do chefe político cel. Vitor Bastos, como primeira secretária. O objetivo da instituição era trabalhar para os pobres, visitando-os semanalmente<sup>27</sup>.

Além disso, no acesso à educação, uma das principais preocupações dos dirigentes políticos do período, a desigualdade era patente, uma vez que a falta de escolas, aliada ao processo constante de chegada de novos indivíduos, fazia com que o benefício fosse sentido apenas pelos filhos da elite, e o analfabetismo atingisse a imensa maioria da população<sup>28</sup>, constituída em grande parte por estrangeiros<sup>29</sup>.

O grande perigo das doenças e epidemias<sup>30</sup>, que poderiam deixar os círculos restritos às classes populares e alcançar os membros da elite local, aterrorizava os administradores locais, fazendo com que surgissem asilos, sanatórios, e hospitais, além de outras medidas de controle populacional, sob argumentos sanitários. Exemplo disso é a preocupação por parte das elites locais com o controle da circulação dos mendigos na urbe; utilizando sempre em seus discursos argumentos relacionados a algum mal inerente àquele grupo, tinham por objetivo “cuidar” ou “segregar” os *indesejáveis* do restante da população, como demonstrado em projeto aprovado pela *Câmara*, de autoria do vereador Nelson da Veiga:

Art. 1º. – Fica proibido, a partir de 1º. De janeiro de 1927, a mendicidade, nesse município, às pessoas conhecidamente atacadas de lepra. Art. 2º. – Fica igualmente proibida, a localização de leprosos deste município, no perímetro urbano, no das povoações e à margem das estradas de rodagem e também fica proibida a localização em qualquer ponto deste município, de leprosos, de outras procedências. Parágrafo ÚNICO – para cumprimento do disposto no artigo supra isto e para a localização dos morpheticos de outros municípios, fica o sr. Dr.

Prefeito Municipal a applicar medidas que julgar necessárias e entrar em entendimento com a Delegacia Regional de Policia e Sociedade Beneficente de Rio Preto. Art. 3º. – Os leprosos indigentes, actualmente residentes neste município, terão asylo obrigatório e gratuito, a cargo da Sociedade Beneficente de Rio Preto, recentemente fundada nesta cidade.<sup>31</sup>

Munida do Código de Posturas, a prefeitura tentou eliminar das ruas e das habitações elementos ou comportamentos “inconvenientes”: fossem vendedores ambulantes, animais soltos e sem proprietários pelas ruas, casas destituídas de princípios higiênicos, ou ainda os bêbados, gatunos e malandros, frequentadores dos botequins, que representavam, para as elites locais, sinais do *atraso* que rondava a progressista Rio Preto.

A formulação de uma política urbana com o objetivo de embelezar e sanear a cidade, resultou no surgimento de graves problemas sociais, uma vez que ocorreu concomitante ao aumento populacional ocasionado pelas migrações do período, e teve como resultado a escassez de moradias para as populações que chegavam, ainda mais pela adequação das construções aos parâmetros impostos pelo Código de Posturas, que no mínimo aumentavam os valores a serem investidos na elevação de edifícios, gastos que nem todos poderiam dispor. E a fiscalização era feita pela municipalidade, em visitas às obras e permissões emitidas pelo engenheiro responsável, sendo frequentes os avisos às multas referentes aos provavelmente vários desvios de conduta dos proprietários e locatários.

**Posto de Hygiene** - Casas Vagas - Em cumprimento aos art. 399, 401 e 402 do Código Sanitário, os proprietários de casas que vagarem, ou de construcção nova, são obrigados a enviar ao Posto de Hygiene as

respectivas chaves, para que esses prédios sejam inspecionados e recebem o necessário HABITE-SE, sob pena de multa de 50\$000 a 200\$000 aplicáveis ao locador e ao locatário. Rio Preto, 20 de janeiro de 1927. Dr Espiridião Queiroz Lima – Médico-chefe do Posto de Hygiene.<sup>32</sup>

Desse modo, sem dinheiro para adequar-se às *Posturas*, e sendo obrigada a disputar a peso de ouro as moradias existentes, devido ao alto preço dos aluguéis, a população pobre de Rio Preto sentia na pele as contradições evidenciadas pelas desigualdades da época. Nesse sentido, é esclarecedora a bem humorada crônica publicada no álbum de 1927, reproduzida abaixo, que nos remete, ainda que de maneira engraçada, ao grave problema de moradia na cidade:

Depois da cadeira elétrica ou do “rabo de tatu”, não conheço maior supplicio do que morar em Rio Preto em casas aluguel. É preciso que o cidadão tenha nervos de borracha, paciência de defunto e sangue de barata, para que resista a tal tormento, sem ficar louco ou morrer de susto em cada 30 dias. Os proprietários com o seu proverbial desmazelo, só têm pelo inquilino duas preocupações: ou cobrar-lhe o aluguel, ou quebrar-lhe a cara a falta do pagamento.<sup>33</sup>

Ao mesmo tempo em que alimentava o imaginário de ilustres visitantes e membros da elite cafeeira, a cidade ameaçava romper a *ordem* e o *progresso* ao traduzir-se em cenário de conflitos, acidentes, mendicância e prostituição, desmistificando assim a *cidade ideal* feita de belas praças e edifícios comemorados pela imprensa. No contexto de construção urbana, os pobres certamente representavam um incômodo à nova realidade sócio espacial que os segmentos dominantes desejavam construir. A situação de exclusão, embora provocasse constrangimento e drama de consciência em

muitas pessoas, trazia à tona a questão de a pobreza ser mais visualizada. Tal situação é apontada por Berman ao analisar o poema de Baudelaire: “O problema não é que eles sejam famintos ou pedintes. O problema é que eles simplesmente não irão embora. Eles querem um lugar sob a luz.”<sup>34</sup>.

Os Códigos de Posturas, na tentativa de organizar a vida urbana da cidade, impunham uma série de medidas *civilizatórias* aos moradores; no entanto, as ambiguidades inerentes ao processo de modernização transformavam os sentidos das posturas e comportamentos, uma vez que cada veto, cada atenuação de comportamentos *imorais* pelas autoridades e pelos próprios habitantes coexistia com seu oposto, ou seja, a ausência de *civilidade e polidez*.

**Para o bem e a moral desta cidade** - Por este jornal já se fez sentir a quem de direito a necessidade de uma policia de costumes, quando denunciávamos o mercado de cocaína nos lupanares deste cidade. (...) Aqui não há policia de costumes ao que parece, pois, se houvesse, ahi não estariam, de mistura com residências familiares, e como uma affronta aos brios da sociedade sã, riopretense, os bordéis insolentes, desafiando a fiscalização competente.<sup>35</sup>

**Agressão a Bala** – Ante-ontem à noite registrou-se uma estúpida agressão nesta cidade de que resultou a morte de um commerciante aqui estabelecido. Às 20 horas o sr. Aud Chami, comerciante à rua B. de Campos, n.4, achava-se sentado á porta de seu estabelecimento quando foi agredido a tiro por pessoa desconhecida, recebendo uma bala que o prostou por terra. A policia tomou conhecimento da grave occorrecia e está empenhada na descoberta do aggressor.<sup>36</sup>

Em consequência da situação desencadeada pela administração da elite, que com os negócios inescrupulosos e altamente rentáveis aos bolsos dos coronéis, provocavam os difíceis períodos de carestia e de

empobrecimento da maior parte da população do país, os populares manifestavam-se em greves e movimentos, além de constituírem grupos de proteção, como são exemplos a *Liga Operária*, fundada em 1911 por um grupo de trabalhadores liderados pelo professor José Palma e pelo operário Paulo Bongiorno, de inspiração socialista, e o *Centro Operário de Rio Preto*, fundado em 1922 com claros propósitos políticos, uma vez que a fundação se deu em um “jantar dançante” promovido por Nicolau Lerro, filho do ex-prefeito Major Léo Lerro.

Era visível nesse período a presença e a atuação da classe operária em Rio Preto, estando presentes na chegada da Estrada de Ferro - EFA, em junho de 1912, como nos conta *O Poder moderador*: “(...) à tarde partiu da casa do senhor Bongiorno a comissão da Liga Operária, que acompanhada de banda musical uniu-se a considerável massa popular seguindo para a estação para aguardar a chegada do trem”<sup>37</sup>.

Além disso, protegidos por políticos com aspirações eleitoreiras, e organizados na elaboração de seus propósitos, os populares empreendiam uma luta na tentativa de um “lugar ao sol” na sociedade do *progresso*, controlada pela elite. Nesse sentido insere-se o movimento conhecido como *Tenentismo*, que de âmbito nacional, surgido em oposição ao controle econômico e político exercido pelos coronéis, teve também em Rio Preto seus reflexos, ao conseguir apoio do *Tiro de Guerra* local, quando seu presidente, Dr. Raimundo Barbosa Lima, e o instrutor, o 2º. Sargento Manoel Pereira aderiram ao movimento, compactuando com as tropas do tenente Cabanas, que passara na região em busca da internação no Mato Grosso.

O episódio da revolta Tenentista de 1924, como sabido, denota já naquela época a revolta de grupos da sociedade contra os desmandos coronelísticos, que viriam culminar no golpe empreendido pelas oposições sob o comando de Vargas em 1930. Porém, no âmbito local, demonstrou também a faceta da relação entre a elite do período e seus opositores, uma vez que para combater os revoltosos, os coronéis de então não pouparam esforços; sendo liderados pelo futuro prefeito Cenobelino de Barros Serra, e com as contas pagas pela prefeitura, motivo de várias discórdias posteriores, polícia e jagunços enfrentaram o movimento, que já se apossara da vizinha Mirassol e dirigia-se a Rio Preto, empurrando-os em retorno ao Mato Grosso.

E mais, aproveitando-se do estado de sítio imposto pelo governo, os “donos do poder” à época empreenderam uma dura perseguição aos seus opositores, como fica claro no episódio do empastelamento do jornal *Diário de Rio Preto*, de propriedade do comerciante Alfredo Freitas Pimentel, que se constituía em periódico de oposição ao grupo político dominante. Na noite de 5/8/1924, capangas, protegidos por 50 policiais da força pública vindos de São Paulo especialmente para isso, invadiram a redação e as oficinas do jornal e empastelaram a tipografia, posteriormente ateando fogo no prédio. O crime fora encomendado pelos políticos e os mais altos membros da magistratura rio-pretense<sup>38</sup>.

Restava ao povo a tentativa de viver o sonho moderno, sem muitas chances, porém, no esquema arquitetado pelas elites do período. Sem ninguém que por eles lutassem, estiveram sempre a mercê das inconstâncias e contradições do processo em curso, e ainda que às vezes encontrassem apoio em suas demandas, constituíam-se sempre no ponto



fraco de uma corda que os ligava diretamente aos grupos dominantes, num Estado visivelmente impregnado de acordos e jogadas que privilegiavam os últimos em detrimento dos primeiros.

Exemplo dessa lógica é a grande demanda ocorrida em Rio Preto nas primeiras décadas do século XX, que discutia a posse de uma imensa fazenda com cerca de três mil alqueires situada nos arredores da cidade, conhecida como *Fazenda Macacos*, de propriedade da família Diniz, tradicionais proprietários de terras ligados ao fundador da cidade Bernardino Seixas Ribeiro. Durante muito tempo alvo de grileiros que vendiam parcelas da fazenda por meio de documentos falsos, principalmente a imigrantes, a demanda teve início em 1917, quando os proprietários requerem a reintegração de posse das terras.

O processo arrastou-se durante sete anos, até que a Câmara de Agravos do Tribunal Supremo reintegrou a posse do imóvel aos sucessores, iniciando então o período de despejo daqueles que haviam ocupado as terras da fazenda, medida que contou com abusos e crimes por parte da polícia. Sobre esse processo, em editorial do “*A Notícia*”, de 14/12/1924, o redator Nelson da Veiga comenta a agressividade e os excessos praticados na ação:

Está sendo feito despejo da “Fazenda Macacos” – dada a importância da causa, a quantidade elevada de cafeeiros, o valor extraordinário das pequenas propriedades agrícolas e o número considerável de sítios, na sua quase totalidade estrangeiros, tem o processo despertado grande curiosidade, tanto nesta comarca, como também na capital do estado, ocupando-se della importantes órgãos da imprensa paulista [...] Regra geral o despejo é uma medida judicial violenta e irritante, mórmente no caso em questão, considerando-se o valor das propriedades e

o longo tempo que no imóvel estiveram os despejados [...] levando em conta isso, devia a polícia ter um pouco mais de caridade e tolerância para com os infelizes despejados.<sup>39</sup>

É importante ressaltar que a crítica de Nelson da Veiga dirigia-se especificamente à polícia, que cometera os abusos em “contrariedade” às ordens expressas do juiz, bem como também “exime de culpa” a poderosa e tradicional família donas das terras, que apesar da reintegração de posse requerida na justiça, “nada tinha a ver” com a violência praticada pelos soldados. Complementando a mesma nota, escrevia Nelson da Veiga:

Justiça seja feita, segundo informação que, com segurança obtivemos, a atitude da família proprietária do imóvel tem sido correta, não se dando o mesmo em relação a parte da força policial que para lá foi (...) “Em desobediência às ordens terminantes do Dr. Juiz de direito, que aconselhou a maior calma e a possível tolerância, a polícia tem praticado verdadeiro saque em diversas casas e espancado a mais de um dos proprietários.”<sup>40</sup>

Deste modo, muito embora vários tenham conseguido uma posição estável no grande leque de oportunidades verificados no processo de desenvolvimento rio-pretense, fica claro que o “lugar ao sol” não era para todos; caracterizada pela exclusão, a modernização local aconteceu “de cima para baixo”, e privilegiou uma elite ávida em lucrar naquele processo, em detrimento de uma imensa maioria, que vivia à sua maneira o *sonho do progresso* no sertão.

#### Notas

---

\* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - Unesp; Professor Adjunto da Universidade Federal De Mato Grosso do Sul – UFMS.

<sup>1</sup> HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1984, p. 17.

- 
- <sup>2</sup> MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. São Paulo, 1941, p.21.
- <sup>3</sup> GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991, p. 11.
- <sup>4</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: CIA das Letras, 1992, p. 227-228.
- <sup>5</sup> Os números do crescimento populacional apresentados pela cidade são impressionantes e contornam um esboço da intensidade do processo de urbanização local; contando com pouco mais de três mil almas em 1900, a então pequena Rio Preto observa grande crescimento nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente após a chegada da ferrovia em 1912, e a população atinge a incrível marca de 126.800 habitantes em 1920. Ver CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1952, v. 1 e 2. p. 128-138.
- <sup>6</sup> SEVCENKO, *Op. cit.*, p. 34.
- <sup>7</sup> Conforme assinala Chalhoub, o serviço de vacinação no Brasil à época da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro já era centenário. CHALHOUB, Sidney, **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 101.
- <sup>8</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal, 1903.
- <sup>9</sup> CHALHOUB, *Op. cit.*, p. 35.
- <sup>10</sup> PINHEIRO, Adriana Cristina. *O código de posturas do município na educação e normatização do "povo"*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas: 2004.
- <sup>11</sup> O PORVIR, n.º. 241, p. 2, 24/05/1908.
- <sup>12</sup> GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto**. São Paulo: Ed. Gráfica São José, 1975, p. 123-139.
- <sup>13</sup> CAMPOS, Raquel Discini de. **A 'Princesa do Sertão' na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920**. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004. p. 122.
- <sup>14</sup> *O Porvir*, 1903. Apud GOMES, *Op. cit.*, p. 124.
- <sup>15</sup> Em 1917 tem-se notícia do primeiro automóvel da cidade; já em 1920 a *Câmara* elabora leis específicas sobre o licenciamento de veículos, expedição de carteira de habilitação e normatização do tráfego nas ruas da cidade, estabelecendo a velocidade de um homem a passo nos lugares de aglomeração de pessoas, e de 20k/h nas ruas centrais da cidade. Ressalte-se ainda a preocupação com os motoristas embriagados, que se flagrados receberiam uma multa em dinheiro e apreensão do automóvel, até que o motorista voltasse a ter condições de dirigir. ARANTES, Lelé. **Dicionário rio-pretense**. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 2000, p. 32.
- <sup>16</sup> A NOTÍCIA, n.º. 29, p. 1, 09/01/1925. Sobre a atuação dos cronistas nos periódicos rio-pretenses ver CAMPOS, Raquel. *Op. Cit.*.(Cap. 2).
- <sup>17</sup> O MUNICÍPIO, n.º. 1083, p. 1, 17/06/1927.
- <sup>18</sup> O MUNICÍPIO, n.º. 1117, p. 2, 30/07/1927.
- <sup>19</sup> CAVALHEIRO, A. **Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto: 1927-1929**. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929 – Cap. X – Rio Preto Associativo. s/n.
- <sup>20</sup> VARGAS, Claudia. *As várias faces da cidade - Bento de Abreu Sampaio Vidal e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: FDHSS-UNESP, 2000 (Dissertação de Mestrado). p. 83 e 84.

---

<sup>21</sup> CAVENAGHI, Airton José. São José do Rio Preto fotografado: imagética de uma experiência urbana (1852-1910). In Revista Brasileira de História. São Paulo: vol. 23, nº 46, pp. 147-169, 2003.p. 152-155.

<sup>22</sup> Os almanaques são as obras de SILVA, R. **Álbum da Comarca de Rio Preto: 1918-1919**. s/ed., 1919; e CAVALHEIRO, A. **Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto: 1927-1929**. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

<sup>23</sup> CAVALHEIRO, 1929. *Op. cit.* Cap. III – Cidade de Rio Preto. s/n.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Como eram os casos do bairro “Bate Panela”, surgido em meados da década de 1910 e da Vila Ercília, loteado na década de 1920.

<sup>27</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 180. Também exemplo da “preocupação” da elite com os pobres, é o surgimento da “*Creche Asylo de Rio Preto*”; em 1918, a creche contava com 680 crianças matriculadas, sendo que 60 delas eram órfãs. ARANTES, *Op. cit.* p. 85.

<sup>28</sup> Exemplo disso é a estatística apresentada no *Álbum de 1929*, que para uma população de quatorze mil crianças em idade escolar, apenas 2.722 eram alfabetizadas. CAVALHEIRO. *Álbum da Comarca de Rio Preto de 1929*. Cap. X – Instrução Pública de Rio Preto. s/n.

<sup>29</sup> A Araraquarense, região onde localiza-se São José do Rio Preto, por ser de ocupação recente datada do início do século XX, tem no imigrante um importante componente em sua constituição populacional; entrados em mais de 174 mil de 1901/1940, representam por volta de 13% do total do Estado. Em 1920, só o município abrigava mais de 22 mil estrangeiros, número que aumenta para mais de 38 mil em 1934, quando já tinham sido desmembrados os municípios de Cedral, Monte Aprasível, Tanabí, Nove Granada, Potirendaba, Uchôa, José Bonifácio e Ibirá. Em 1940, tendo sido criados os municípios de Palestina e Paulo de Faria, o número de estrangeiros ainda mantinha-se em 27.328 indivíduos; destes, dois terços se formavam de italianos e espanhóis. Ver CAMARGO, 1952, *Op. cit.*, pp. 128-138).

<sup>30</sup> Como a epidemia de febre amarela que dizimou as povoações de Itapirema e Monte Belo na década de 1920. Ver ARANTES, *Op. cit.* p. 154-155.

<sup>31</sup> CAMPOS, *Op. cit.* p. 114.

<sup>32</sup> O MUNICÍPIO, nº. 965, p. 4, 20/01/1927.

<sup>33</sup> CAVALHEIRO, *Op. Cit.*, s/p.

<sup>34</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986, p. 148.

<sup>35</sup> O MUNICÍPIO, nº. 800, p. 1, 01/07/1926

<sup>36</sup> O MUNICÍPIO, nº. 999, p. 1, 06/03/1927.

<sup>37</sup> O PODER MODERADOR, nº. 33, p. 2, 28/01/1912.

<sup>38</sup> CAVALHEIRO, 1929. *Op. cit.* Capítulo VIII – Imprensa. s/n.

<sup>39</sup> GOMES, *Op. cit.*, p. 111.

<sup>40</sup> Idem.